

DISCURSO DE POSE DO SEN Y SILENANDO COMTE MONTENEGRO
PROMUNCIADO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR EM 11 DE SETEMBRO DE 1940, AS 16 HORAS.

DISCURSO DE POSE DO SEN Y SILENANDO COMTE MONTENEGRO
PROMUNCIADO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR EM 11 DE SETEMBRO DE 1940, AS 16 HORAS.

MUSEU
18

... elemento humano, desde a humilde e simples recrutada das suas...

... esta vasta experiência, só apreciada em seu justo valor pelas...

... três anos de comando em área bastante movimentada, onde mais...

... a afirmação do respeito à Lei e à autoridade, pela observância dos...

... alguns exemplos, outros propagadores de uma liberalização necessá...

DISCURSO DE POSE DO SEN Y SILENANDO COMTE MONTENEGRO
PROMUNCIADO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR EM 11 DE SETEMBRO DE 1940, AS 16 HORAS.

DISCURSO DE POSE DO SEN Y SILENANDO COMTE MONTENEGRO
PROMUNCIADO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR EM 11 DE SETEMBRO DE 1940, AS 16 HORAS.

MUSEU
18

... as atitudes deste Tribunal, nas manifestações de seus membros...

... Considero-me feliz em ter encontrado respeito, encontrando respeito...

... Passarei a enfrentar novas atribuições, provavelmente mais cog...

... Confesso que não me submeto a julgar, pelo na vida militar e...

... Julgar constitui essencialmente um avaliar dados, fatos, docu...

MUSEU
18

MUSEU
18

MUSEU
18

... o Julgar sempre a imagem de nosso corpo físico, envolvendo a...

... Labra dedicada a não me deixar debruçar sob o peso da intrínseca...

... Com esta posição de humildade apresento-me como membro deste...

... Penetrei em tudo aquilo que me faz de um fator de um...

... Penetrei em tudo aquilo que me faz de um fator de um...

MUSEU
18

MUSEU
18

MUSEU
18

... Agradeço ao meu distinto companheiro Ministro Carlos Alberto Cu...

... Agradeço ao Ilustre Procurador Geral de Justiça Militar, Sr. Milton...

... E por fim, agradeço a quantos aqui vieram, autoridades, amigos...

MUSEU
18

MUSEU
18



- 1 -

DISCURSO DE POSSE DO GEN EX DILERMANDO GOMES MONTEIRO
PRONUNCIADO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR EM 11 DEZ 78.

Na carreira militar, que abracei aos 17 anos de idade, acostumei-me desde cedo, a olhar para esta augusta Casa com acentuado respeito e admiração, lendo com sofreguidão e com incontido interesse, nos Boletins do Exército, os Acórdãos e Decisões aqui proferidos, com os quais já emoldurava, sem nenhuma ideia preconcebida, meu interesse / constante pelos assuntos de justiça, que sempre me sensibilizaram.

Procedendo, ao longo do tempo, a inúmeras sindicancias e inquéritos e participando como juiz em Conselhos de Justiça Militar, no antigo Prédio do Pritaneu Militar na Praça da República, no Rio de Janeiro, parecia sentir-me inclinado a conviver com os homens da Justiça, tal o entusiasmo com que me dedicava aos exames e estudos das matérias/ em julgamento.

Não posso deixar de considerar como um presságio, a audácia com que, jovem tenente, preocupado com a justa aplicação de penas disciplinares, dentro dos rigores do nosso regulamento disciplinar, escrevi e publiquei o trabalho, a que se referiu o Ministro Carlos Alberto e que intitulei Balança da Justiça, exagerando sua modesta finalidade.

Autorizada sua aplicação pelo Exmo Sr Ministro do Exército, por despacho de 12 de julho de 1940, foi ele publicado na revista Defesa Nacional em seu número de junho de 1941, com uma pomposa apresentação, onde se lia: " Longe de servir de gabarito à aplicação do R D E (o trabalho) veio colocar o transgressor não só a coberto do temperamento da autoridade que tenha de aplicá-la, bem como das contingencias do ambiente no momento de ser determinada a pena a aplicar. Outrossim vem uniformizar para beneficio da disciplina, a aplicação das penas para que sejam impostas com justiça e imparcialidade sem manifestações de ódio ou paixão." O tenente parece que sonhava ser juiz um dia.

Mal poderia eu supor que em final de carreira, após 48 anos de serviço na vida ativa nos quartéis e estabelecimentos de nosso



Exército, viesse assentar-me neste Tribunal, entre provecos juizes, expoentes da Magistratura, emēritos julgadores, componentes da mais alta Cōrte de nossa Justiça Militar.

É com este sentimento, misto de orgulho e de satisfação que hoje aqui ousou dirigir-me ao Exmo Sr Ministro Presidente, aos Exmos Srs Ministros Togados e a meus dignos colegas militares, para transmitir-lhes, com incontida euforia, o que vai em minha mente e em meu coração, como sentimento de honra e prazer, de respeito, de alegria, por com todos compartilhar das tarefas que a este Colendo Tribunal são conferidas, para cumprimento da mais sagrada das incumbencias dadas ao homem - Julgar e fazer Justiça.

Começo, pois, agradecendo a quantos contribuíram para esta / honrosa colocação de que sou alvo, pela escolha, pela criação da possibilidade, pela aprovação, pela aceitação e finalmente pela concre-tização.

Ao Exmo Sr Presidente da República, General Ernesto Geisel , que houve por bem indicar-me para o cargo e concretizar a nomeação / por Decreto presidencial, tenho a agradecer não sō a deferencia da escolha, como a confiança depositada no amigo de tempos atrás, quan-do ambos, sem estrelas nas platinas, trabalhamos juntos, pela primei-ra vez, sob a chefia austera, porēm amiga, de seu ilustre irmão, Ge-neral Orlando Geisel, Chefe de Gabinete do então Ministro Odylio Den-nys.

Ao prezado Chefe e amigo General Fragoso, emērito Ministro / deste Tribunal, agradeço a fidalguia do gesto que possibilitou minha indicação, ainda na Ativa, para ocupar a vaga deixada aberta com an-tecedencia, privando-se ele do convívio honroso de seus pares no der-radeiro mês de sua permanencia em serviço ativo, penalizando este e-grégio senāculo com a ausencia de sua inteligente e valiosa colabora-ção nesse período final de uma atuação sempre aplaudida e festejada/ por quantos acompanharam e apreciaram sua atividade forense.



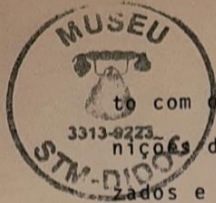
Aos dignos Senadores da República, cabe-me agradecer a aprovação dada à indicação do Exmo Sr. Presidente da República, o que / muito lisongeou este modesto soldado que viu referendada por tão al / to componente do Poder Legislativo, a escolha do Chefe do Executivo Nacional.

Aos meus hoje colegas de Tribunal, senhores Ministros Toga- dos e Militares que compõem e honram esta Corte, aos senhores mem - bros do Magistério Público Militar, sinto dever agradecer o beneplã cito da aceitação de minha companhia nesta mesa de trabalho, como partícipe das responsabilidades que o Superior Tribunal Militar as- sume integrado, como executor máximo da Justiça Militar em nosso / país.

A todos afianço, com a mais firme convicção, que empenharei minha total energia no sentido de prestar minha colaboração de modo a não desmerecer a confiança que em mim depositaram, a esperança que certamente alimentaram, de não apenas receberem um novo companheiro, mas de contarem com uma força de trabalho, se não igual, pelo menos com a mesma boa intenção do ocupante anterior da vaga preenchida.

Contarei, para tanto, com a ajuda, com o amparo, com os con selhos, com a orientação de meus prezados confrades, o que desde já peço e encareço, conscio da maior responsabilidade que me pesa so- bre os ombros, substituindo um membro com a cultura, a capacidade e a vivência do Ministro Augusto Fragoso, sempre afeito aos altos es- tudos, aprimorados em duradoura permanencia no Comando da Escola Su perior de Guerra e ainda desenvolvidos e complementados em 7 anos / de permanencia em cátedra jurídica, neste colendo Tribunal.

Vindo de uma atividade puramente profissional, forjado nas lides castrenses, das quais nunca afastado, nos 45 anos de oficial, pouco mais poderei ostentar de conhecimentos, que os assimilados na vida diuturna da caserna, nas escolas militares, nas funções especí ficas da carreira, onde, entretanto me foi dado o mais amplo univer so de observações e de aprendizagem, principalmente no campo do tra



to com o elemento humano, desde o humilde e bisonho recruta das guar
nições do interior, nos idos dos tempos de tenente, aos intelectuali
zados e experimentados alunos das Escolas Superiores do Exército e
da Escola Superior de Guerra, quando já galgados os mais elevados /
postos da hierarquia.

Essa vasta experiencia, sō apreciada em seu justo valor pelos
que por ela efetivamente passam, vim a aplicar em final de carreira/
em meu Comando de Exército, donde estou chegando, o II Exército -
que engloba os Estados de S. Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- verdadeiro exame final que me foi dado vencer para aqui estar con-
correndo a esta nova formação no senáculo do Direito, onde espero /
conquistar um modesto grau de aprovação final neste restante de vi-
da útil em serviço público.

Três anos de comando em área bastante movimentada, onde mais
que em qualquer outro lugar se faz sentir os anseios de uma coletivi-
dade dinâmica, de interesses os mais heterogeneos, foram realmente a
nos de aprendizagem, de desafios e de experimentações, para uma afir-
mação de atitudes, para tomada de decisões. Entrechocavam-se posições
paradoxais: De um lado, a continuidade das premissas revolucionárias,
pela afirmação do respeito à Lei e à autoridade, pela obediencia aos
princípios da ordem e da disciplina, pela necessidade de contenção a
manifestações contestatórias ao regime. De outro lado, as medidas de
restabelecimento de liberdades democráticas, até então contidas em
certo grau, as aberturas consentidas à livre manifestação do pensa-
mento, principalmente através da imprensa; as críticas francamente /
admitidas pelo governo num nítido abrandamento dos rigores da censu-
ra. Tudo isso exigia doses de ponderação e de compreensão difíceis /
de serem mantidas em nível compreensível por observadores externos,
alguns arraigados ao conservadorismo de posições extremadas, naturais
em outras épocas, outros propugnadores de uma liberalização excessi-
va.



Nas atitudes deste Tribunal, nas manifestações de seus membros nas decisões do colegiado, muitas vezes fui buscar reforço às minhas próprias meditações, ao formular nas vigílias sem conta, as hipóteses de trabalho - para não chamá-las vaidosamente de estratégias de ação - que marcaram a orientação aos escalões subordinados e aos canais paralelos, em outras áreas de governo, concorrentes nas ações a desenvolver.

Considero-me feliz em ter encontrado resposta, encontrado respaldo, encontrado aceitação por parte de companheiros de trabalho, de autoridades (e aqui se encontram algumas que merecem meu agradecimento por isso, honrando-me com suas presenças) dos disciplinados oficiais, graduados e soldados de meu Exército, como das briosas Polícias Militares de S. Paulo e de Mato Grosso, assim como do povo, em geral, de cuja maioria, ordeira, disciplinada e de elevado espírito/cívico, recebeu o Comando do II Exército o mais entusiástico apoio / para sua atuação.

Passarei a enfrentar novas atribuições, provavelmente mais complexas que as de um comando, e que exigirão período de adaptação, de revisão de conhecimentos, de re-estudo de legislação adequada e, tenho certeza, de muita meditação, mormente em fase como a que atravessamos, quando conceitos tradicionais e bastante arraigados em nossa consciência cívica e cristã se põem em exame crítico por todas as correntes de opinião, desafiando nossas reservas de serenidade e de tolerância, preocupando-nos com a justeza de apreciação no vislumbrar o caminho da luz por entre as malhas da escuridão.

Confesso que não me amedronta o julgar, pois na vida militar exercitamos de sobejo. Causa-me apreensão, porém, o fazer justiça, já que entre uma e outra ação distingo distancia considerável.

Julgar consiste essencialmente em analisar dados, fatos, documentos, provas, informações e decidir em consequência. Leitura, estudo, exames, comparações, interrogatórios, buscas e pesquisas, são / procedimento básico para um julgamento sério e honesto.



Fazer justiça exige mais que o simples julgar. Envolve sentimentos provindos mais da profundidade da alma, se não mesmo de fora / dela.

O julgar penetra o amago de nosso corpo físico, envolvendo a mente, inteligência, senso, acuidade e até mesmo intuição. Fazer / justiça pode exigir mais, pode ultrapassar tais limites do orgânico, para penetrar na espiritualidade, fugindo da imperfeição humana, / buscando a sabedoria do Criador.

Embora decidido a não me deixar dobrar sob o peso da intransigência e do preconcebido, sentirei a dificuldade de afirmar a própria consciência, com segurança, e convicção, que estarei fazendo / justiça, quando a conclusão de um julgamento me indicar a solução a dar, a pena a sentenciar.

Em minhas limitações naturais, esforçar-me-ei por bem julgar e pedirei a Deus que me ajude a fazer justiça.

Com esta posição de humildade apresento-me como membro deste emérito colegiado, oferecendo uma contribuição sincera e efetiva, / com a intenção muito firme de proteger nossas instituições, nossos valores moraes e nossos sentimentos patrios contra quaisquer ultrajes que lhes possam ser dirigidos, por individuos ou grupos desprevenidos do sagrado dever de cumprir ou de fazer cumprir a Lei.

Vivemos num mundo de agressões e desafetos que nos envolvem / a todos, perturbando, desagregando, dividindo, pervertendo, desafiando nossas reações e nosso equilíbrio.

Formar-me-ei ao lado daqueles que em face de um futuro de cores mal definidas, trãbalhem com serenidade, ponderação e sobretudo com bom senso, para bem definir estas cores em tonalidades condizentes com a bondade, com o sentimento e com as reais aspirações deste bom povo brasileiro.

Agradeço ao meu distinto companheiro Ministro Carlos Alberto Cabral Ribeiro as generosas palavras com que montou sua saudação ao novo companheiro, tocando-me a sensibilidade, relembrando um currículo/ de vida castrense, cheia de amor ao Exército e de boas recordações / dos companheiros de jornada, onde sempre o encontrei cruzando comigo/ nos caminhos de trabalho e de camaradagem, acostumando-me eu à sua / austera e grave posição de soldado, mesclada da alegria e bom humor / de um poeta escondido sob a farda.

Agradeço ao digníssimo Procurador Geral da Justiça Militar, Dr. Milton Menezes da Costa Filho, íntegro representante do Ministério Público Militar neste Tribunal, as palavras com que me brindou, estimulando-me e encorajando-me, pela clareza e profundidade de suas considerações, a exercer minhas novas atribuições sem temor e com confiança.

Agradeço ao ilustríssimo Sr Dr ASSU GUIMARÃES

digníssimo representante da O A B, Seção do Distrito Federal, cuja saudação muito sensibilizou o mais novo membro deste Tribunal, pelo afeto com que o recebe o representante de uma classe tão ligada aos trabalhos que aqui se desenvolvem.



E por fim, agradeço a quantos aqui vieram, autoridades, amigos/ e companheiros, senhoras, familiares, convidados em geral, emprestar/ o brilho de suas presenças a uma posse para mim altamente significativa, plena de esperanças e desejos de bem servir, e cheia de fê, no amparo de Deus e na colaboração dos amigos, afixando a todos meu maior empenho em honrar esta cátedra que ocupo com humildade mas com muita/ devoção.

Muito Obrigado.